

AÇÃO DIRETA

MENSARIO ANARQUISTA

Diretor: JOSÉ OITICICA

Redação: RUA BUENOS AIRES, 147-A — 2.º ANDAR — SALA 2

Administrador: MANUEL PERES

ANO VII — N.º 90

Rio de Janeiro, Dezembro de 1953

Preço: Cr\$ 1,00

CAIXA PORTAL 4.588

TRES ENGANOS SOCIAIS

Está à venda o interessante livro do companheiro P. Ferreira da Silva, que versa três engodos estatais.

PEDIDOS A JOSÉ OITICICA

— CAIXA POSTAL 4588 — D.

FEDERAL — PREÇO Cr\$ 30,00

O QUE É CAPITALISMO!

RIO, CIDADE DESPOLICIADA

Cousa sabida, sabidíssima que, se algum carioca, de manhã, ao meio dia, à boca da noite, à meia noite, às 3 da manhã, a qualquer hora do dia ou da noite, temer um assalto (e os assaltos são diários, em pleno dia até) em vão procurará um policial que o proteja.

Será achacado, espancado, até morto.

Por isso, noticiam os jornais a recomposição da extinta guarda-noturna.

Porque tal ausência de policiais? Será que não existe no Rio uma imponente instituição chamada Polícia? E a célebre Polícia Especial, criação da ditadura?

A instituição pomposa existe, dizem os jornais, e o efetivo dos policiais se eleva a 2.000 (dois mil) homens.

Leia, porém, os leitores de Ação Direta isto, copiado, *ipsis verbis*, de um diário carioca:

Fala-se novamente na volta da antiga guarda noturna, pois reconhece a população da cidade a precariedade de seu policiamento.

Efetivamente, nunca esteve o Rio tão falho de serviços de guarda noturna, como atualmente. No entanto, manter a Prefeitura um dispêndio aparelhamento que é a Polícia Municipal, com bons serviços, aliás, à população nas passadas administrações. A antiga Polícia Municipal, hoje Departamento de Vigilância, mantém um corpo de funcionários composto de

guardas, fiscais, comissários, delegados e sub-inspetores, todos com padrões de vencimentos superiores aos federais. Apesar do número de funcionários daquele departamento, que se eleva a mais de 2.000, está o mesmo completamente acéfalo, pois nada faz que possa justificar tão elevada despesa. Os guardas municipais sumiram das ruas e a população só os vê na hora em que saem dos distritos para os postos de ronda, lugar em que eles só aparecem esporadicamente. Há bem pouco tempo, nas passadas administrações, mantinha-se na ronda um efetivo de mais de 1.500 homens, diariamente, mas, hoje, está o mesmo reduzido a pouco mais de 400 homens, pois os restantes estão à disposição das autoridades, políticos e cabos eleitorais.

E, assim, a cidade está entregue aos assaltantes, justificando-se, desse modo, a volta da antiga guarda noturna, porque com ela talvez não haja a influência nefasta da política e os seus guardas serão empregados exclusivamente para o policiamento noturno, e não, como atualmente, à disposição de figurões.

Qual dos leitores não sabe, por observação própria, que tudo isso é verdade?

Mas, de tudo isso, o mais valioso é que estão reconhecendo a influência nefasta da política!!! Mas a política é o Estado! Logo...



LÁ É COMO AQUI!

O que tem Ação Direta afirmado aos trabalhadores sobre a mistificação das leis trabalhistas é confirmado em toda a parte onde funciona esse tremendo embuste totalitário, soviético, fascista, falangista, justicialista, getulista, etc., etc.

Vamos dar a prova traduzindo de Voluntad, (outubro findo) dos companheiros uruguaios, um artigo intitulado Acción negativa de los Consejos de Salarios. Verão que poderia ser escrito aqui e traduzido em Montevideo.

“Já temos assinalado as fases negativas dos Conselhos de Salários. Lembraremos hoje uma de nossas afirmações assinalando que esses organismos estatais-capitalistas, em seus começos e enquanto estavam na espiral inflacionista, concederiam aumentos por dois motivos: 1.ª necessidade de prestigiar essa forma legalista de reclamarem os sindicatos melhores econômicas, ao que precederia ou se seguiria a aquisição, por eles, de personalidade jurídica, assessoria letrada, etc. entrando, assim, o movimento operário no campo do jogo burocrático-estatal; 2.ª esses organismos e suas decisões serviriam para justificar, ante o povo consumidor, a continua modificação dos preços das coisas por parte dos patrões; combatendo-a com a simpática elevação dos salários e, demais, essa instituição arbitral serviria, no caso do lógico período deflacionário, de freio a toda modificação no nível de vida dos obreiros.

A primeira fase realizou-se. As conquistas obreiras viram-se circunscritas, com tal mecanismo, exclusivamente, à reclamação de pesos. Davam-se aumentos (que também, e até maiores, se alcançavam, anteriormente, pela ação direta), os quais eram

anulados, imediatamente, pela simultânea ou anterior alta dos preços e se fechava a porta a outras conquistas do trabalho que escapavam ao seu domínio: maior salubridade, menos horas de trabalho, etc.

A segunda fase estamos-la já experimentando. Vira a deflação; veio e com ela produziu-se uma aloucada aposta entre preços e salários (além de outros fatores que gravitam nos preços) a ver quem chegaria, com maior vantagem a este período de vacas magras. Legalmente assentada a luta, teriam de vencer os preços com amplas margens de lucro. Não é necessário olho elétrico para assinalá-lo. Chegando o momento de apertar a cincha, começa-se pelos salários, desde que, esses organismos não têm faculdade para regular preços e ainda que a tivessem, não o fariam. E assim vemos as negativas aos obreiros frigoríficos para melhorarem suas condições; aos bancários, restringirem-se suas aspirações; o mesmo aos onibuseiros; aos cinetográficos e outros grêmios serem adiadas suas tentativas por trâmites oficinescos, onde há reivindicações até de três anos.

Junto a tudo isso, por nós predito com muita antecipação à criação dos tais Conselhos de Trabalho, indicamos agora a perigosa educação legalitária do sindicalismo. Efetivamente, a burguesia conseguiu enquadrar na esfera legalitária o movimento obreiro pois este aceita, nos fatos, essas decisões negativas a suas aspirações, limitando-se os dirigentes (os tais líderes) a reclamar, juridicamente, contra os laudos e violações aos mesmos, enganando, por sua vez, os trabalhadores, fazendo-lhes ver que “fazem o que podem”, que “estão bem encaminhados os papéis”, que “estão bem dando uma ajudinha aos burocratas do Departamento do Trabalho, alegando que eles demoram porque estão “até aqui” de serviço, deixando-lhes bem gravado no bestinho que não há outra forma de alcançar suas aspirações. Assim, diferem a conquista, assim vão cansando os obreiros inquietos e os obrigam a entrar no conformismo com a situação que assegura tranquilidade à burguesia... e aos líderes, os quais querem também viver tranquilos em sua posição diretriz, com todos os tiques da burocracia”.

E basta traduzir até aqui.

O acima exposto chega para patentear que, em toda parte, o sindicalismo estatal é destruidor da consciência.

(Continua na 4.ª pag.)

Não se espante o leitor! Não lhe vamos impingir vasta doutrina! Nada disso. Somos pelo método direto no ensino. Mostramos exemplos! Quer saber o que é o regime capitalista amparado pelo Estado? Leia a entrevista de Mauro Waddington sobre as negociatas da COFAP, publicada no Diário de Notícias de 16 de setembro último. Dela extraímos o seguinte:

Alvo principal das denúncias destas reportagens têm sido o presidente da COFAP, coronel Hélio Braga, e um grupo de firmas comerciais da rua Acre, capitaneadas por Grilo Paz & Cia., grupo que se tornou beneficiário de negócios de importação, feitos através da COFAP, que empresta a essas firmas seu nome, facilitando-lhes de várias maneiras a importação de determinados gêneros alimentícios, permitindo-lhes a sonegação de pagamento de direitos e criando, enfim, para um certo número de prósperos e poderosos comerciantes atacadistas, incontestável situação de monopólio, em detrimento do comércio em geral e com prejuízo grave para o consumidor.

PORTA-VOZ

O silêncio do coronel Hélio Braga e da comandita capitaneada por Grilo Paz foi quebrado agora. Quem o quebrou? Que personalidade? Que entidade de direito público ou privado? A Associação Comercial de Niterói, através de seu presidente, sr. Francisco Otaviano de Almeida Barroso.

Porque a Associação Comercial de Niterói toma as dores pela COFAP e pelo grupo monopolista chefiado por Grilo Paz? O leitor e os próprios associados do órgão de classe da capital fluminense quebrariam inutilmente a cabeça procurando a solução dessa charada. A explicação do surgimento da Associação Comercial de Niterói nesse caso é o seguinte: numa de nossas reportagens denunciávamos que a ordem de responsabilidade n. 3.358, de 9 de fevereiro de 1953, no valor de dez milhões, quinhentos e trinta mil cruzeiros, referente à importação de mil toneladas de banana, feita por intermédio do Banco Nacional Ultramarino, foi paga com um cheque sacado contra o Banco Predial do Estado do Rio e emitido por Grilo Paz & Cia., através do sócio dessa firma, José Augusto de Carvalho. Mas, acontece que o sr. José Augusto de Carvalho toma assento na diretoria da Associação Comercial de Niterói, nas horas que o sr. Grilo Paz lhe deixa vagas. Eis porque a Associação Comercial, através de seu presidente Francisco Otaviano de Almeida, entra no barulho, tomando a defesa da COFAP e dos felizes atacadistas da rua Acre, monopolizadores, graças ao coronel Hélio Braga, da importação de determinados gêneros alimentícios.

CONFISSAO

Os leitores que acompanham mais de perto esse caso devem estar lembrados.

(Continua na pag. 4)



MEU ANARQUISMO

Por RAFAEL BARRETT

Basta-me o sentido etimológico: “ausência de governo”. É preciso destruir o espírito de autoridade e o prestígio das leis. Isso é tudo.

Será obra do livre exame.

Os ignorantes imaginam que anarquia é desordem e que, sem governo, a sociedade se converterá sempre num caos. Não concebem outra ordem senão a exteriormente imposta pelo terror das armas.

Mas, se atentassem na evolução da ciência, por exemplo, veriam que, à medida que foi diminuindo o espírito de autoridade, se estenderam e solidificaram nossos conhecimentos. Quando Galileu, deixando cair do alto de uma torre objetos de diferente densidade, mostrou que a velocidade da queda não dependia de suas massas, pois chegavam ao mesmo tempo ao solo, as testemunhas de tão conclusiva experiência negaram-se a aceitá-la, porque não estava de acordo com o que dizia Aristóteles. Aristóteles era o governo científico; seu livro era a lei. Havia outros legisladores: Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino, Santo Anselmo. E, afinal, que ficou de sua dominação? O recorde é um estorvo. Sabemos muito bem que a verdade tem seus fundamentos exclusivamente nos fatos. Nenhum sábio, por ilustre que seja, apresentará hoje sua autoridade como argumento; nenhum pretenderá impor suas idéias pelo terror. O que descobre limita-se a descrever sua experiência, para que todos a repitam e verifiquem o que ele fez. E isso, que é? É livre exame, base de nossa prosperidade intelectual. A ciência moderna é grande por ser essencialmente anárquica. E quem

será o louco que a tache de desordenada e caótica?

A propriedade social exige iguais condições.

O anarquismo, tal como entendo, reduz-se ao livre exame político.

Releva curarmo-nos do respeito à lei. A lei não é respeitável. É obstáculo a todo progresso real. É uma noção que urge abolir.

As leis e as constituições, que, pela violência, governam os povos são falsas. Não são filhas do estudo e da comum ascensão dos homens. São filhas de uma minoria bárbara, que se apoiou da força bruta para satisfazer sua cobiça e crueldade.

Talvez os fenômenos sociais obedeam a leis profundas. Nossa sociologia está ainda na infância e não as conhece. É indubitável que nos convém investigá-las e que, se logramos esclarecê-las, passarão a ser-nos imensamente úteis. Mas, ainda que as possuíssemos, jamais as exigiríamos em Códigos ou em sistema de Governo Para que? Se, com efeito, são leis naturais, cumprir-se-ão por si mesmas, queramos ou não. Os astrônomos não dão ordens aos astros. Nosso único papel será o de testemunhas.

É evidente que as leis escritas não se parecem, nem pelo ferro, com as naturais. Valente imgestade a desses pergaminhos velhos que qualquer revolução queima na praça pública, aventando as cinzas para sempre! Uma lei que necessita de policiais usurpa o nome de lei. Não é tal lei: é mentira odiosa.

E que policiais! Para compreender até que ponto são nossas leis contrárias

(Continua na 4.ª pag.)

APRECIACÃO HISTÓRICA DO INTEGRALISMO

Por JOSÉ GOMES CARDOSO

Em 23 de abril de 1933 o povo de São Paulo assistia a um espetáculo estranho: um pelotão de fascistas marchando pelas ruas. Eu vi. Não tinham a audácia arrogante dos “camiciá nera” descritos por Zweig, pois não havia socialistas armados para enfrentar. Era um bando de moços, exibicionistas uns, acanhados outros, concretizando o início da “era histórica” do seu chefe, o Sr. Plínio Salgado. Aquela marcha era, simplesmente, o fracasso de uma concepção, o parto de um monstro, cujo fracasso absoluto veríamos anos mais tarde.

Quem lê as obras de Plínio Salgado, líricas demais para um líder de massas, percebe nele um escritor inteligente e vivo, mas de espírito messiânico, muito abundante no Brasil; desses que, quando assumem o governo, são os “salvadores” que deixam a lavoura e o Tesouro em precária situação. Sua falta de sinceridade (ou fraqueza?), ressalta quando ele ex-

pressa o pensamento de criar um “nacionalismo brasileiro”, algo genuinamente nosso, a jeito assim do “bandeirismo” de Cassiano Ricardo. Fêz tentativas fracassadas, inúmeras, para dar sentido político aos seus “rumos”. Para tanto fundou sociedades, atuou noutras, inclusive na negrada Legião Revolucionária de Miguel Costa, cujo manifesto escreveu. Afinal, no mais feliz oportunismo, com um passe de magia, repetiu o gesto de todos os salvadores e messias anteriores: copiou de um figurino europeu — e do pior gosto — o traje para vestir sua política, a que daria o nome também arrrivista de Integralismo, tendo por emblema um símbolo de criação alemã. Nisto se concretizou o “nacionalismo”, o “brasileirismo” de Plínio Salgado.

Ramo viçoso do fascismo italiano, inspirado em utopias de Leão XIII verdeamarelizado por idéias de Alberto Torres surgido num momento de



“dolorosa disponibilidade” do povo, o Integralismo não daria aos seus líderes grande trabalho de propaganda. Bastariam para tanto, as notícias dos retumbantes êxitos de Mussolini, ligeiramente apreciados. No fundo, não passou de uma triste expressão do tradicional imitacionismo brasileiro; seus dirigentes nada mais fizeram que copiar, até nos gestos, seus mentores do fascio e da cruz gamada. Jamais o macaquismo tapuia se mostrou tão servil e tão meticuloso na cópia.

Mussolini fez-se endearar pelo povo; o “Duce Nacional” também. Quando o “Duce” assumiu o governo, aia-

(Continua na 4.ª pag.)

DEBATE DOCTRINÁRIO

NÃO VIOLÊNCIA

Recebemos do companheiro Valezella (Rio Grande do Sul) o número único de Amiamoci (amemo-nos), editado em Mântua (Itália), sob responsabilidade de Daloli Astorige. Informa-nos essa publicação de quatro páginas do movimento mais recente na Itália, corporificado no gandhismo. Por ela sabemos estar fundada a Associação Mantovana Ahimsa (ahimsa é o nome dado pelo próprio Gandhi e significa não-violência). No mesmo sentido, fundou-se um grupo em Milão e funciona em Udine a Unione Friulana dei Cittadini del Mondo. Em França esse movimento progride e Amiamoci traduz, de um opúsculo francês o seguinte artigo, quase manifesto, que traduzimos para informar nossos leitores.

"Nada se há feito na Terra sem ação direta."

GANDHI

Essa frase de um dos mais autênticos representantes da não-violência é, sem dúvida, para nós ocidentais, paradoxal. A aproximação de não-violência e ação direta pode provocar dúvidas, compreensíveis à primeira vista.

Aprofundando a questão, percebe-se ao contrário que esses dois termos não-violência e ação direta podem harmonizar-se maravilhosamente. Um

CONSCIÊNCIA POLÍTICA

Num comício do P. S. P. em Petrópolis, pouco depois de dizer o orador que o povo brasileiro em massa votaria nos candidatos daquele partido, e isso porque havia atingido já certo estado de maturidade e "consciência política", passou a relatar uma série de reminiscências tangentes ao ingresso, nele, de quantos próceres ali se achavam. A quase totalidade dos ingressos pode nivelar-se às razões de um deles, bem características.

O que disse o orador pode ser registrado mais ou menos nestes termos:

"Um dia fui procurar o Bilu, esta figura que, em nosso bairro, goza de tanto prestígio e acatamento".

"Expus-lhe logo o motivo de minha visita e convidel-o para entrar para o partido. Ele então me perguntou:

"— González, esse partido é mesmo bom?"

"— Não tenha dúvida.

"— O Capitão Paranhos está nele?"

"— Está.

"— Então... estou nele!"

Eis aí um ótimo exemplo de "consciência" política.

Seria o caso de perguntar também, ao leitor não anarquista, porque é que vota. Responda aos seus botões.

BR.

e outro completam-se e só seu desconhecimento pode negar-lhe valor como método de luta.

Finalizando um estudo dedicado à ação direta, Pierre Besnard não hesitou em defini-la: "A única e verdadeira arma do proletariado. Nenhuma outra pode, com qualquer uso que delas se faça, conseguir que nos libertemos de todos os juizes, todos os poderes, todas as ditaduras — inclusive a mais insuportável de todas: a do proletariado" (Na Encyclopédie Anarchiste, I, 20).

Sindicalista-revolucionário, Pierre Besnard encara sobretudo a ação direta no plano violento que o impede de descurtir as perspectivas de uma luta não-violenta. Ele considera necessária essa violência pelo fato de que o adversário se defende com a força.

Mas, a afirmação de Besnard pode ser superada e os fatos podem provar o oposto. Se, até hoje os acontecimentos lhe puderam dar razão (aparentemente), dá-nos o futuro muitas apreensões e o exemplo de uma luta não-violenta e baseada na ação direta como a de Gandhi é testemunho palpável.

Separarão essas duas concepções, pontos essenciais? Ou serão antes os métodos que divergem?

Mas, os métodos modificam-se, variam segundo os tempos, os lugares, os objetivos.

Neste período, pode-se afirmar que a ação direta dos nossos países ocidentais se viu forçada, pela evolução social e pelas circunstâncias, a abandonar alguns aspectos românticos de sua ação.

A hora das barricadas passou definitivamente ante os armamentos

atómicos, e as manifestações em praça pública estão fora de uso, infrutíferas e até perigosas ante os vastos meios de força repressiva.

A parede em massa, a ocupação das fábricas, o cruzamento de braços, a sabotagem assinalaram novas etapas na luta social.

Trata-se agora de ampliar-lhes o uso, estudar-lhes o significado e a utilização que se deve fazer delas sem deixá-las serem exploradas pelas ambições dos aproveitadores.

Gerard de Lacaze - Duthiers disse mais: "Paralelamente à forma coletiva da ação direta existe a forma individual da ação direta. Seu domínio é o próprio homem. Consiste na evolução interior do indivíduo, no domínio que sobre si mesmo exerce, no esforço para superar-se e melhorar, na guerra às suas paixões, na vitória que vai ganhando diariamente à maldade. Os resultados dessa ação direta são positivos. A arte, o pensamento, os livros ajudam o indivíduo a descobrir-se, revelam-no a si mesmo. Atuam na sua consciência para corrigi-la, alargá-la, fortalecê-la".

Assim, a ação direta é manifestação espontânea e reflexiva, consciente e voluntária. Não é sinônimo de violência; é um método que dá unidade à ação, é uma filosofia que se identifica ao coletivo e ao individual.

A ação direta, além do seu valor de fecundação social, leva em si um valor de fecundação moral porque requinta e eleva os que a praticam, os livros das escrituras da passividade e os incita a irradiar-se em força e beleza.

A não-violência implica uma ação ativa como método de luta.

Gandhi rejeitava a expressão "resis-

tência passiva" por imprópria, insuflante pois entendia que "nada se há feito nesta terra sem ação direta".

Nota de Ação Direta. O movimento ocidental de não-violência, batizado com o nome de pacifismo integral, humanitarismo e de que o nosso companheiro Eugen Relgis é um dos maiores pioneiros merece detido exame, mormente porque, segundo supomos, há nele sério perigo: a tendência mística, inoperante e catalítica. Reparem os leitores no final do artigo. Aparece ali um Boudade, um Amor, um Pacífico já com letras maiúsculas, transformados em palavras dignas de adoração, infalibilidade, tabus, em suma. Demais, reparem naquela ação direta individual, que leva o homem diretamente a santo!

Por isso, Ação Direta põe o assunto em discussão e aguarda as apreciações dos interessados no debate. Rogamos que circunscrevam suas opiniões ao essencial. As repostas muito longas dificilmente poderão ser publicadas por falta de espaço. Seria eficiente, talvez, uma mesa redonda (para seguir a moda) cuja ata, resumida, seria publicada aqui ou em avulso.

A Associazione Montavana Ahimsa publicou um folheto de 23 páginas, Ama, do companheiro Dialoli Astorige e que recebemos. Poderia servir de base à mesa redonda. Como pedem, aqui damos seu endereço: Via Consiliazione, 67, Mantova.

O Imposto Sindical

Ação Direta, desde muito, vem mostrando o que fazem os mandões do Ministério do Trabalho com as vastas quantias sorvidas às algibeiras magras dos trabalhadores.

Por isso, não se furta ao delicioso prazer de apresentar aos iludidos operários preciosas confissões das autoridades capitalistas.

E aqui vai uma: um deputado que apresenta um projeto para extinguir o imposto sindical!! Leia os trabalhadores e, se conhecem tendas de Umbanda, corram lá a ver se arranjam bons despachos para que se torne lei o tal projeto. Ação Direta, aliás, confia mais na ambição dos políticos e dos donos do Ministério, que nas forças dos caboclos.

Eis o que lemos no Diário de Notícias de 23-IX-53.

O sr. Othon Mader apresentou um projeto de lei extinguindo o imposto sindical, com a revogação dos artigos 578 e 610 da Consolidação das Leis do Trabalho. Quanto ao saldo em dinheiro do Fundo Sindical, determina o projeto que seja distribuído às entidades sindicais, na proporção das suas respectivas contribuições no último ano de recolhimento. Igual destino será dado ao produto que resultar da venda dos acervos do Fundo Sindical e da comissão cujas liquidações deverão estar concluídas dentro de três meses da vigência da lei.

Na justificação, o autor do projeto declara que o Fundo Sindical, em vez de concorrer para expansão e fortalecimento do verdadeiro sindicalismo, tem sido instrumento de suborno e corrupção dos homens e das instituições. Tem servido também como arma de que os governos lançam mão para dominar e até escravizar as massas trabalhadoras, tendo em vista interesses pessoais e objetivos políticos.

Esse deputado não sabe história. Se soubesse, haveria de compreender que, em todos os tempos, onde quer que houve dinheiro acumulado, houve sempre ladrões de qualquer casta ou categoria, leigos ou religiosos. Dinheiro chama ladrão! Quem ignora isso?

Os Políticos e o Caos

Em outra seção deste número, com o título a Obra dos políticos, transcrevemos uma anedota em que se assinala o seguinte: os políticos foram, são e serão criadores do Caos.

Temos aqui preciosa ilustração dessa grande verdade. Basta ler isto do Diário de Notícias de 17 de outubro.

O deputado Herbert Levi transmitiu ontem à Câmara dos Deputados, a grave denúncia feita pelo jornal "O Estado de São Paulo" sobre a existência de uma conspiração para agitações e "quebra-quebra" na Capital paulista na ocasião da entrada em vigor das novas tarefas da Companhia Mista de Transportes Coletivos. Essa conspiração, que abortou graças a atuação enérgica do prefeito, sr. Jânio Quadros, era dirigida pelos srs. João Goulart e Adhemar de Barros, agindo o sr. Hugo Borghi como delegado de ambos.

O prefeito tivera notícia da conspiração através do sr. Remo Forli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e imediatamente um dos implicados, que lhe confessou tudo, inclusive a delegação do sr. João Goulart para agir. Ainda o prefeito procurou as autoridades militares, que lhe ga-

rantiram a manutenção da ordem, graças ao que malogrou o plano.

O PROGRAMA DE AGITAÇÕES

Uma reunião estava convocada para debater o programa de agitação, mas não chegou a se realizar. O programa era este:

a) — organização de uma campanha destinada a instigar o povo à prática de desatinos, a pretexto do aumento das tarifas da CMTC;

b) — organização e realização do comício nos bairros, com a participação de membros de relevo do PSP e de petebistas, além de comunistas pouco notórios, para a criação de uma atmosfera de profunda agitação popular contra o aumento das passagens de bondes e ônibus; preparação de ambiente propício à deflagração de uma greve geral no dia 29 de setembro, em caráter de advertência; finalmente;

c) — organização de uma frente única, da qual participariam comunistas, elementos fiéis ao sr. Adhemar de Barros e João Goulart, o sr. Borghi e membros do Partido Comunista, com o objetivo definido de sabotar em

todos os sentidos e por todos os meios, a administração municipal.

O ARROZ DA DEMAGOGIA

O orador denunciou outro fato grave, lendo um comunicado publicado no jornal "A Cidade de São João", sobre a venda de arroz de primeira aos associados da Associação Profissional dos Trabalhadores na Construção Civil e do Mobiliário, da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem e da União Geral dos Trabalhadores. A venda foi efetuada na sede do PTB, a sete cruzeiros e vinte centavos o quilo, ou seja a metade do preço que vigora no mercado.

O sr. Levi interpretou o anúncio: recursos estão sendo desviados da COFAP para efeito de demagogia eleitoral.

O sr. Afonso Arinos, considerando a denúncia de importância excepcional, sugeriu que o orador se entendessem com os deputados estaduais udenistas a fim de, através de uma comissão de inquérito, apurarem o fato.

E os trabalhadores ainda se iludem com esses miseráveis!

OS SINDICATOS PORTUGUESES E O FASCISMO

Por VARLIN



O sindicalismo revolucionário, qual se tem verificado na história do movimento operário mundial, tem sido inquietador para os governos e o é, portanto, para toda a burguesia. A proporção que iam avultando os conhecimentos operários, iam fazendo barreira os defensores do capital. Tais conhecimentos levaram o professor Scott a fazer um estudo sobre a mentalidade operária. Como resultado, expõe o seguinte: "Na luta pela vida, a inteligência do operário é, hoje em dia, uma desvantagem". Num inquérito efetuado por Scott sobre a correlação entre a inteligência do operário e seu descontentamento, foi o descontentamento aquilutado pela instabilidade no emprego e a inteligência pelo êxito na frequência da escola pública. Nas oficinas de instrumentos que requerem grande competência, os mecânicos eram os mais satisfeitos. Também o sr. Taylor, grande industrial norte-americano, afirmou que seus operários lhe recusaram o direito de os representar, dizendo: "Não damos ao sr. Taylor nosso direito de falar". Por sua vez, a Igreja, pela pena do padre Thellier, de Poncheville, diz: "Cavou-se um abismo entre o operário organizado e a igreja". Avoluma-se a força operária e Leão XIII opõe-se-lhe e condena um conjunto de teorias filosóficas e religiosas como impregnadas de materialismo: a luta de classes, a supressão da família, a negação do direito de propriedade. Por essa época, as associações de classe, organizadas na Europa não retrocediam e o mesmo papa viu-se na necessidade de propor um meio de chamar à Igreja os trabalhadores. Manda organizar o sindicato misto na Bélgica; mas, este falhou por volta de 1912. Já aí havia

um italiano, intendente da Igreja, o conde Metodologia Albani. Essa experiência visava a desviar a classe operária e criar confusão nos sindicatos. Escusado é dizer que um sindicato de patrões e operários tal qual existiu na Itália, não somente não seguia o verdadeiro rumo graças à intervenção dos patrões, como impedia os operários, dado seu baixo nível de instrução, de discutir com os patrões. Era precisamente esse o objetivo dos sindicatos mistos, da experiência na Bélgica. Isso, entretanto, não obsteu a que as idéias sociais propagadas tornassem consciente o povo. Uma vez agrupados nos sindicatos, revelaram-se os trabalhadores os maiores adversários do clero. Após vários inquéritos nas escolas sobre as tendências sociais ou religiosas dos alunos, em nome da Igreja, disse Pio XI: "O maior escândalo do século XIX é que, na realidade, as classes laboriosas desertaram da Igreja".

Essa preocupação levou o papa ao estudo da idéia sindical, que, algum tempo depois, era posta em prática na Itália com a designação de sindicatos fascistas. Deram-lhes a missão especial de obedecer à Igreja e ao Estado. Sua Santidade, como lhe chamam, fez pública a seguinte notícia antes de entrar em execução seu projeto: "Deveremos captar as classes operárias mediante as organizações cristãs de operários. Só por meio delas se realizará o ardente anelo dos papas contemporâneos". Os documentos mais claros desse esforço católico são os publicados sob os auspícios dos Operários Católicos. A esses juntamos os livros: Fascismo e Sindicalismo de B. Buozzi; A questão romana de Brito Camacho, dos quais copiamos estas palavras de Pio XI: "Pouco me importam os dis-

curtos violentos e contundentes do sr. Mussolini contra a Igreja Católica. Palavras leva-as o vento. O que fica é o tratado de Latrão e a união íntima, cada vez mais forte e mais indissolúvel, entre um poder teocrático e um poder ditatorial. Sem essa união, não podia existir o Estado Corporativo Fascista, tal qual existe hoje, porque esse Estado é, acima de tudo, uma revivescência dos tempos medievais."

A intensa propaganda do novo sistema corporativo se mantém ainda em Portugal e Espanha graças à força brutal da polícia e o incondicional apoio da Igreja.

Muitos leitores desejariam conhecer talvez os métodos dessa corporação que a Igreja apoia. Com a queda da república portuguesa em 28 de maio de 1926, provocada por meia dúzia de militaristas e empalmado, após a revolta, pelos fascistas-jesuítas, é dissolvida, por decreto, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Conselho e Comitê Confederado onde estava instalada a redação do jornal A Batalha (diário sindicalista). Assaltada pela polícia após o decreto, foram seus haveres totalmente roubados.

Esses roubos repetiram-se, em todo o país, a mão armada e centenas de trabalhadores foram encarcerados. Graças à coragem de alguns anarquistas, salvaram-se os haveres do jornal libertário Aurora. Os sindicatos que, ao tempo, eram um tanto livres foram também fechados; mas, o protesto dos trabalhadores foi de tal ordem que os reabriram. Custou isso muito sacrifício e algumas prisões e até deportações. Entretanto, os trabalhadores, certos de que o sacrifício valla menos que os benefícios colhidos pela ação sindical, lutaram por seus direitos e para continuar a obra sindicalista que iniciou a luta de classes aos braços da Internacional chegada a Portugal por volta de 1871. Dade 1843, alguns operários principiam a formar associações de socorros mútuos e, mais tarde, associações de classe um tanto misturadas com o programa socialista. Não fugimos ao dever de confessar que foi um punhado de socialistas que incitou os trabalhadores a se organizarem. Foram eles, ainda, que combateram, tenazmente, os abusos e os roubos dos velhos monárquicos e levantaram o véu, que empanava a verdade até aí desconhecida pelo povo sem instrução.

Com o correr dos anos, o número dos socialistas influiu para que novas diretrizes se tomassem. Então, as associações de classe cortaram os liames que as prendiam aos socialistas e se libertaram de toda influência política.

Principiou a independência da classe operária aos acordos da velha Internacional. A influência dos emissários de Bakunin chegados até a Espanha deu ânimo à luta. Por essa época já tinham aparecido pequenos jornais

como Eco Operário de 1850, A Federação de 1856 e ainda A voz do Operário que, ao brado de Acordemos! influiu na criação de várias associações de classe. Logo em 1864, aparece o jornal Artistas e Operários e ainda Defesa dos Artistas e o Defensor do Trabalho e é criado o Centro Operário. Um ano depois aparece o jornal Trabalho. Assim corria esse período agitado, com greves de protesto até 1883, data em que surge o grupo de anarquistas, no Porto, e, em 1887 o grupo de comunistas-anarquistas, em Lisboa.

Edita-se o primeiro periódico anarquista em 1888, Revolução Social, que, algum tempo depois, aconselha um pacto de união operária e solidariedade, muitíssimo útil. São nomeados Viterbo de Campos e Manuel L. de Figueiredo para representarem os sindicatos portugueses em Paris. São inúmeras as dificuldades: contudo, nasce a União Geral dos Trabalhadores. (U. G. T.) que só deixa de existir quando substituída pela Confederação Geral dos Trabalhadores (C. G. T.) no 2.º congresso de Coimbra, em 1919. E' então que aparece o grande diário sindicalista A Batalha. Anteriormente, havia A greve, A revolta, O trabalhador e a Liberdade. O despertar, A Vida, A Obra Possibilista, O Germinal, O Eco Metalúrgico, A Voz dos Tanoeiros, O Protesto Anarquista e Aurora.

Este último periódico anarquista caiu, em 1930, com a ditadura de Salazar. A jornada heróica dos Sindicatistas é digna de ser registrada, pois que, graças a ela, foi o trabalhador conhecendo sua força, aquela força que o fascismo imperante mantém amordaçada desde 1926.

